

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14075	21089/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - RUA de Sta. Margarida 75 Braga 4710-306 BRAGA Portugal		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 12919/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/14043 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A entidade requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo com o teor da informação técnica. Propõe-se o deferimento da arquitetura. Notifique-se a requerente a apresentar os projetos de especialidades e apresentação dos elementos solicitados que resultam da publicação do PDM, Aviso n.º 8551 /2026 de 15 de abril. Sendo um processo de legalização a requerente deverá apresentar as especialidades em falta (estabilidade) num prazo de 30 dias."
- A 22/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subcrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





PROCESSO: 12919/2026

REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-8451 DE 14/04/2026

REQUERENTE: INSTITUTO DAS RELIGIOSAS ADORADORAS ESCRAVAS
DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E DA CARIDADE

LOCAL DA OBRA: RUA DE SANTA MARGARIDA, N.º 75
FREGUESIA DE S. VICENTE, BRAGA

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Sérgio Carvalho, Arqto.

Sandra Ruão, Arqta.

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A requerente apresenta através dos registos nº 2026-E-RE-8751 de 14/04/2026, 2026-E-RE-6059 de 12/03/2026 e 2026-E-RE-5982 de 12.03.2026, **Projeto de Arquitetura** referente à obra de ampliação de edifício, destinado a Serviços - Estabelecimento de Ensino Particular - Colégio Leonardo da Vinci, a levar a efeito no prédio sito Rua de Sta. Margarida, n.º 75, freguesia de S. Vicente, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 1605/20110210, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 2640-P.

1.2 A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea c) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

2.1. **Processo n.º GU/2015/910**

2.2. **Processo n.º GU/2017/14169**

2.3. **Processo n.º 3909/2022 - Pedido de Informação Prévia | PIP**

objeto de decisão favorável condicionado conforme despacho do Sr. Vereador do Pelouro de Urbanismo de 19.12.2023.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central – EC1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73/2026, de 15 de abril.

3.1.2. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.3. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento n.º 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Serie – n.º 206, de 26 de outubro.

3.1.4. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso n.º 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Serie – n.º 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU n.º 2026-7125 de 13.03.2026.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia n.º 2026-7646 de 18.03.2026.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável** da DGESTE – Direção Geral dos estabelecimentos Escolares através da informação n.º 15026/2024/DSRN-EMAP-UACAOE de 12/04/2024.



3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A requerente apresenta **Projeto de Arquitetura | Licenciamento**, na sequência da decisão favorável de **Pedido de Informação Prévia | PIP**.

3.5.2. A requerente procede a alterações pontuais ao Projeto de Arquitetura apresentado no **Pedido de Informação Prévia | PIP**, as quais não comprometem os pressupostos considerados na informação técnica n.º I/11072/DAT/2023 de 14/12/2023 que motivou o despacho final, nomeadamente:

Reformulação da fachada principal do bloco 1 e 2

- Alteração da dimensão dos vãos.
- Supressão das guardas.

Reformulação da fachada tardoz do bloco 1 e 2

- Aumento de um piso no volume designado como bloco 1.
- Alteração da dimensão dos vãos.
- Supressão das guardas.

3.5.3. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.4. A proposta de intervenção cumpre as condições gerais de edificabilidade previstas no n.º 4 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.5. A proposta de intervenção não ultrapassa o índice de impermeabilização máximo de 75%, conforme disposto no n.º 6 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.6. A proposta de intervenção, mantém na sua generalidade os parâmetros urbanísticos admitidos em Pedido de Informação Prévia | PIP.

3.5.7. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Outros aspetos regulamentares:

3.6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação e informação técnica da Unidade de Arqueologia, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá a entidade requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.
- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.
- Projeto de Segurança Contra Incêndios, validado pela ANEPC.



4.4. Alerta-se a requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.5. Comunique-se o teor da presente informação e informação técnica da Unidade de Arqueologia.

Remete-se para consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



PROCESSO: 12919/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-5982 / 12/03/2026 09:59

REQUERENTE: Instituto das Religiosas Adoradoras Escravas do Santissimo Sacramento e da Caridade

LOCAL DA OBRA: Rua de Santa Margarida, nº 75 - Freg. S. Vicente

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga.

2. Pela avaliação comparativa efetuada às peças gráficas que integram o processo submetido à nossa apreciação, no ano de 2023 (Vd. Processo N.º 3909/ 2022), e às agora em licenciamento, verifica-se que estas últimas continuam a prever alterações no que respeita ao impacto da obra no subsolo existente, pelo que se reitera o teor da nossa informação N.º 44041/2023, de 24 de maio de 2023, concretamente no que a mesma refere, e passamos a citá-la "3. Programando o projecto de arquitectura em licenciamento, substanciais alterações do subsolo existente (...), propõe-se que, todas as obras, com impacto no mesmo, sejam acompanhadas arqueologicamente, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

4. Mais se propõe que:

a) A atribuição de alvará de licenciamento a este processo, só se verifique após inclusão nele do Plano de Trabalhos Arqueológicos, devidamente autorizado pela DGPC.

b) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

c) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica, previamente à emissão da autorização de utilização do edifício (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar do Município de Braga).

5. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

6. Caso surjam durante os trabalhos em referencia, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos."

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



PROCESSO: 12919/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-5982 e 2026-E-RE-6059

REQUERENTE: Instituto das Religiosas Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade

LOCAL DA OBRA: Rua de Sta. Margarida, n.º 75, freguesia de S. Vicente

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação

DU - DGPU [GP7]

Informação Técnica - Saneamento e apreciação liminar

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. A entidade requerente, apresentou dois requerimento, registados com os n.ºs 2026-E-RE-5982 e 2026-E-RE-6059, de 12/03/2026, referentes ao Licenciamento de obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura com vista à ampliação de edifício, destinado a Serviços - Estabelecimento de Ensino Particular - Colégio Leonardo da Vinci, a levar a efeito no prédio sito Rua de Sta. Margarida, n.º 75, freguesia de S. Vicente, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 1605/20110210, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 2640-P.

1.2. Relativamente ao local da pretensão: localizaram-se os seguintes antecedentes:

1.2.1. Pedido de informação prévia n.º 3909/ 2022.

1.2.2. Processo n.º GU/2015/910.

1.2.3. Processo n.º 9/2017/14169.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

A presente operação urbanística tem enquadramento no artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o requerimento referente ao Licenciamento de obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos



termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

4. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, constata-se que o requerimento referente ao Licenciamento de obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura se encontra **corretamente instruído**, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe o seguimento do mesmo para análise urbanística.

DU - DGPU [GP7]

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



À Entidade Titular
Colégio Leonardo da Vinci
Rua Conselheiro Bento Miguel, n.º 10
4710-294 Braga

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência:
15026/2024/DSRN-EMAP-UACAOE

ASSUNTO: Projeto de Arquitetura - Ampliação de estabelecimento de ensino para autorização de funcionamento do 3.º CEB
R. de Santa Margarida, n.º 75 4700 -042 Braga

Em referência ao assunto em epígrafe, e após análise dos elementos do estudo de arquitetura recepcionada nesta Direção de Serviços, em 22 de fevereiro de 2024, informa-se V. Exa. de que o projeto referente ao processo de ampliação do estabelecimento de ensino, sito na R. de Santa Margarida, é merecedor de parecer favorável, atendendo a que reúne as condições programáticas espaciais, para o funcionamento do 3.º CEB do Ensino Básico, de acordo com os normativos/orientações em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

Chefe de Equipa Multidisciplinar de Apoio Pedagógico

